



GÊNERO E JUSTIÇA: PERSPECTIVAS INTERDISCIPLINARES ANALÍTICOS DO GRUPO DE PESQUISA



PREFÁCIO

Isabel Graes



ARTIGOS

O reconhecimento do trabalho invisível como instrumento para efetivação da igualdade de gênero: reflexos contemporâneos da divisão sexual do trabalho

Recognition of invisible work as an instrument for effectiveness of gender equality: contemporary reflections of the sexual division of labor
Camila Franco Henriques



"Lésbica futurista, sapatona convicta": diálogos (im)possíveis entre feminismo lésbico e heterossexualidade compulsória

"Futuristic lesbian, convicted dyke": (im)possible dialogues between lesbian feminism and compulsory heterosexuality
Camila Lamartine



Primeira onda feminista brasileira e a luta pelo sufrágio

First brazilian feminist wave and the fight for suffrage
Glauciany Barbosa de Assunção



A violência contra a mulher nas medias sociais: a partilha de imagens de teor sexual

Violence against women in social media: sharing images of sexual content
Carolina Antunes e Mileny Silva



jusscriptum.pt

REVISTA JURÍDICA
NÚCLEO DE ESTUDO LUSO-BRASILEIRO
FACULDADE DE DIREITO DA ULISBOA

Ano 17 • Edição Especial
Gênero e Justiça:
perspectivas interdisciplinares
analíticas do grupo de pesquisa
2022 • Lisboa – Portugal

Diretor da Revista – Editor-In-Chief
Cláudio Cardona

Conselho Editorial – Editorial Board

Leandra Freitas, Presidente do NELB
Cláudio Cardona, Diretor da JusScriptum
Paulo Rodrigues, Diretor Científico do NELB
Iago Leal, Diretor Científico do NELB
Thiago Santos Rocha, Observador Externo

Conselho Científico – Scientific Advisory Board

Ana Rita Gil
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

André Saddy
Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense

Eduardo Vera-Cruz Pinto
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Edvaldo Brito
Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia

Fernanda Martins
Universidade do Vale do Itajaí

Francisco Rezek
Francisco Resek Sociedade de Advogados

Janaina Matida
Faculdade de Direito da Universidade Alberto Hurtado

Lilian Márcia Balmant Emerique
Faculdade Nacional de Direito - UFRJ

Luciana Costa da Fonseca

Faculdade de Direito da UFPA e do CESUPA

Maria Cristina Carmignani
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Maria João Estorinho
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Paula Rosado Pereira
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Paula Vaz Freire
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Pedro Romano Martinez
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Rute Saraiva
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Sergio Torres Teixeira
Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco

Susana Antas Videira
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Corpo de Avaliadores – Review Board

Anjuli Tostes Faria Melo
Camila Franco Henriques

Carla Valério
Eduardo Alvares de Oliveira
Francine Pinto da Silva Joseph

Isaac Kofi Medeiros
J. Eduardo Amorim
José Antonio Cordeiro de Oliveira

Leonardo Bruno Pereira de Moraes
Leonardo Castro de Bone

Marcelo Ribeiro de Oliveira
Marcial Duarte de Sá Filho
Maria Vitoria Galvan Momo
Plínio Régis Baima de Almeida
Rafael Vasconcellos de Araújo Pereira
Rafaela Câmara Silva
Renato Sedano Onofre Silvia Gabriel
Teixeira
Thais Cirne
Vânia dos Santos Simões

Revista Jurídica
Jus
Scriptum

NELB
Núcleo de Estudo
Luso-Brasileiro



NELB – Núcleo de Estudo Luso-Brasileiro

Fundado em 07/06/2001

Diretoria do Biênio 2021/22

DIREÇÃO GERAL

Diretoria Executiva

Leandra Freitas, Presidente de Direção;
Dra. Joice Bernardo, Secretária Executiva;
Dr. Rodrigo David, Tesoureiro;

Secretarias especiais da Presidência:

Dra. Camila Henriques, Secretária Especial
de administração de Conflitos e Apoio à Diversidade
(SEACAD)

Mylla Purcinelli, Secretária Especial de Licen-
ciatura (SEL)

Dr. Caio Brillhante, Secretário Especial do Meio
Ambiente (SEMA)

Dr. Filipe Vígo, Secretário Especial de Mestrados,
Doutoramentos e Empregabilidade (SEMDE)

Assessores da Secretaria Executiva:

Dra. Mariana Harz
Dra. Ana Paula Afonso

Diretoria Científica

Iago Leal, Diretor

Dr. Paulo Rodrigues, Diretor

João Vllaça, Adjunto

Dr. Matheus Spegorin, Adjunto

Theodora Simões, Adjunta

Dr. Cláudio Cardona, Diretor da Revista Jus
Scriptum

Dr. Thiago Santos Rocha, Observador Externo
do Conselho Editorial

Diretoria de Eventos

Dra. Thainara Nascimento, Diretora

Dra. Bruna Xavier, Assessora

Dra. Maria Melo, Assessora

Dra. Carolina Xavier, Assessora

Dra. Renata Pêres, Assessora

Diretoria de Comunicação

Dra. Leticia Bittencourt, Diretora

Victor Gabriel, Diretor

Mylla Pucelli, Adjunta

Daniel Rosa, Adjunto

Rafaela Mascaro, Adjunto

Paula Lourenço, Assessora-secretária

Bruna Lebre, Assessora

Lara Calvo, Assessora

Diretoria de Apoio Pedagógico

Dra. Flávia Dias, Diretora

Dra. Júlia Ronconi Costa, Adjunta

Dra. Larissa Lopes Matta, Assessora

Dra. Mariana Miranda, Assessora

Eric Alejandro, Assessor

Dra. Brunna Mendes, Assessora

Colaboradores da Direção Geral

Dra. Gabriele Lima

ASSEMBLEIA GERAL

André Brito, Presidente

Dra. Joice Bernardo, Primeira-Secretária

Dra. Rebeca Rossato, Segunda-Secretária

CONSELHO DE PRESIDENTES

Dr. Claudio Cardona, Presidente

André Brito

Dra. Elizabeth Lima

CONSELHO FISCAL

Jefferson Nicolau, Presidente

Maria Eduarda Ribeiro, Vogal

Dra. Rebeca Rossato, Vogal

nelb.pt



“LÉSBICA FUTURISTA, SAPATONA CONVICTA”: DIALOGOS (IM)POSSÍVEIS ENTRE FEMINISMO LÉSBICO E HÉTÉROSSEXUALIDADE COMPULSÓ- RIA

*“FUTURISTIC LESBIAN, CONVICTED DYKE”: (IM)POSSIBLE DIALOGUES
BETWEEN LESBIAN FEMINISM AND COMPULSORY HETEROSEXUALITY*

Camila Lamartine¹

A heterossexualidade compulsória é uma prática política que minora e oprime as mulheres. Quando as mulheres são lésbicas, esta práxis torna sua existência invisível e disruptiva daquilo que seria considerado normal. Este artigo procura esmiuçar o impacto da heterossexualidade obrigatória no apagamento da existência lésbica através de um apanhado bibliográfico com teóricas como Adrienne Rich e Monique Wittig, numa pesquisa qualitativa exploratória com mulheres assumidamente lésbica, oferecendo a impressão de lugar de fala. Constatase que a lesbianidade num sistema patriarcal é sinónimo de dificuldade, opressão, silenciamento, mas, especialmente, de resistência. Palavras-chave: Feminismo Lésbico; Heterossexualidade Compulsória; Existência Lésbica; Sexualidade.

Compulsory heterosexuality is a political practice that undermines and oppresses women. When women are lesbians, this praxis renders their existence invisible and disruptive of what would be considered normal. This paper seeks to scrutinize the impact of compulsory heterosexuality on the erasure of lesbian existence through a literature review with theorists such as Adrienne Rich and Monique Wittig, in an exploratory qualitative research with openly lesbian women, offering the impression of a place to speak. It is found that lesbianism in a patriarchal system is synonymous with difficulty, oppression, silencing, but especially resistance. **Keywords:** Lesbian Feminism; Compulsory Heterosexuality; Lesbian Existence; Sexuality.

¹ Doutoranda na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Pesquisadora dos Estudos Feministas e de Gênero, Ciberativismo e Culturas digitais. Jornalista. Integrante do Instituto de Comunicação da Nova (ICNOVA). Diretora de Comunicação do Grupo de Pesquisa Gênero e Justiça – Perspectivas interdisciplinares (FDUL). Membro da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (SOPCOM). Mestre em Branding e Design de Moda pela IADE- Universidade Europeia e Universidade da Beira Interior (UBI). Graduada no curso de Comunicação Social pela UFRN. Especialista em Jornalismo online e de moda pela Pulp Fashion/Lisboa. E-mail: camilalamartinemb@gmail.com

1. Introdução

Desde a candidatura do presidente Bolsonaro, eleito no ano de 2018, uma crescente onda conservadora se instalou no Brasil. Com isso, diversas comunidades de minorias afirmaram-se estar temerosas em relação aos seus direitos e até mesmo a própria vida², especialmente as mulheres lésbicas que, numa sociedade conservadora e patriarcal, tem sua existência invisibilizada e anulada.

A imposição social da heterossexualidade é motivo vital para fomentação do silenciamento lésbico, uma vez que, nesse sistema, a mulher é mero objeto do poder masculino. As teóricas Adrienne Rich (2010) e Monique Wittig (2006) foram percussoras ao criticar a heterossexualidade compulsória em prol de um pensamento lésbico que se dissocie da questão sexual e vá além, abrangendo o espectro político, social e mobilizador de mudanças coletivas (BLAUDT, CAETANO E RANGEL, 2020).

A heterossexualidade compulsória se desenvolve, portanto, como uma maneira política que permite o controle da mulher, atuando como um mecanismo de subordinação, exclusão e silenciamento (WITTIG, 2006; BLAUDT, CAETANO E RANGEL, 2020). É essa reafirmação da analogia hetero/normalidade que decai sobre as mulheres homossexuais como um cobertor, negando a sua existência, promovendo a invisibilidade lésbica, já que a autonomia e liberdade das

2 https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/18/politica/1539891924_366363.html [Acesso em 12 de agosto de 2021]

mulheres é motivo de temor na sociedade (MOGROVEJO, 2004).

Diante deste cenário e da necessidade de problematizar a existência lésbica, ainda posta a margem no movimento feminista e no próprio movimento LGBTQIA+, este estudo parte da seguinte indagação: de que forma a heterossexualidade compulsória favorece a invisibilidade lésbica ao atuar como ferramenta de invalidação? Assim, o objetivo aqui postulado é perceber o impacto da heterossexualidade compulsória através dos próprios sujeitos que são afetados por ela, vindo a oferecer espaço e lugar de fala (RIBEIRO, 2017) para lésbicas assumidas que não admitem ser silenciadas.

Considerando que esta é uma pesquisa feminina, torna-se relevante, ainda que por tentativa, irromper a padronização masculina na academia, e, a escolha política de eliminar o sufixo “ismo” que transmite uma ideia de patologia especialmente no que tange a homossexualidade, sendo utilizado então o termo lesbianidade.

A escolha do título também se faz pertinente, uma vez que se refere a uma música da artista GA31 lançada no ano de 2014, mas que em 2021 tornou-se viral na rede social *TikTok* e *Spotify* na Rússia³. A proposta direciona-se a representatividade lésbica que é ainda negligenciada na cena LGBT musical.

Desta forma, esta pesquisa será qualitativa, realizada através de entrevistas semiestruturadas com 13 mulheres

³ <https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2021/07/14/musica-lesbica-futurista-viraliza-no-tiktok-da-russia-e-artista-ga31-comemora-auge.ghtml> [Acesso em 13 de agosto de 2021]

que assumidamente afirmam-se lésbicas contactadas a partir da técnica bola de neve, cuja análise recorrerá ao método de Análise do Discurso já que este considera para além da própria linguagem, o contexto histórico e o próprio orador do discurso (ORLANDI, 2001).

O artigo será estruturado em três grandes componentes. Inicialmente, discorrerá acerca do feminismo lésbico e da significação da heterossexualidade compulsória, passando para aplicação das entrevistas e impressões sobre a existência lésbica. Ao final, os dados das entrevistas serão categorizados a fim de melhor perceber a relevância da heterossexualidade obrigatória na vida das mulheres lésbicas.

2. Lesbianidade e feminismo

Tal qual o próprio movimento feminista tem suas singularidades e especificidades, o feminismo lésbico não se desenvolve em cômsona (HOLLANDA, 2018). Todavia, foi durante a segunda vaga do feminismo que um pensamento questionador às imposições heterossexuais começou a inflar nas pautas reivindicadoras. Dessa forma, as feministas lésbicas iniciaram uma denúncia do efeito controlador do domínio masculino, inclusive a primazia heterossexual (BLAUDT, CAETANO E RANGEL, 2020).

Divergências ideológicas, principalmente em relação a esta compulsoriedade hétero, causaram uma espécie de cisão no feminismo *mainstream*⁴, onde a sexualidade, os direi-

⁴ O termo *mainstream* em sua tradução para o português significa aquilo que é principal, o caminho preponderante, já que *main* traduz-se em principal e *stream* para corrente ou fluxo. No feminismo, o *mainstream* se relaciona diretamente a crítica da mulher universal, ou seja, mulheres brancas, cis, heterossexuais. O feminismo *mainstream*

tos sexuais e a dicotomia público e privado, que atravessa até os dias atuais, tornaram-se fulcrais no desenvolvimento político do movimento (LINO, 2019). Neste período, a ativista Carol Hanisch cunhou o slogan “o pessoal é político” que se torna emblema de toda a fase feminista, alertando, sobretudo, pelo direito das mulheres ao próprio corpo.

É notório que existe um apagamento proposital da história das mulheres, sobretudo das que se desviavam dos bons costumes sociais e da moralidade doutrinadora. Para Navarro-Swain (2004) as mulheres foram eliminadas numa verdadeira política de esquecimento onde o feminismo foi o principal responsável pelo regaste e reescrita da existência delas. Isso se agrava ainda mais quando falamos das mulheres lésbicas, que foram colocadas ainda mais longe, obscurecidas e escanteadas.

O sistema patriarcal é o grande culpado em silenciar as mulheres e as impedirem da participação direta no desenrolar da história (RICH, 2010; WITTIG, 2006), além disso também fomenta a rivalidade feminina o que, dentro do feminismo, acaba por colocar as mulheres heterossexuais contra as mulheres lésbicas. Dessa forma, Navarro-Swain (2004) compreende que a urgência das feministas lésbicas caracteriza o ápice repúdio ao patriarcalismo.

Lino (2019) afirma que os diversos movimentos de lésbicas são fruto de debates, conflitos e desencontros com o próprio movimento heterossexual e feminista. Contudo, conseguiram uma maior emergência e não se restringindo

acabou por edificar o mundo privado, doméstico e familiar da casa em termos ocidentais e hegemônicos. CHANTER, Tina. Gênero: conceitos-chave em Filosofia. Porto Alegre: Artmed, 2011. 182 p.

somente ao outro, a uma parte de um movimento. Esse ativismo lésbico retorna com a crescente midiaticização e ganha maior notoriedade – através das redes sociais digitais – a partir de 2015 (HOLLANDA, 2018).

Para as gerações anteriores, foi extremamente importante a centralidade de discursos que remetiam ao amor, à igualdade e ao inatismo da orientação sexual, de modo que o sexo e o prazer em geral ficavam de fora do espectro político em nome de uma agenda legítima pautada por discursos de aceitação e reivindicação de direitos (HOLLANDA, 2018, P. 385).

A unificação entre movimento lésbico e movimento feminista serve como ato político que alerta e ensina cotidianamente as mulheres acerca do sistema opressor a que são submetidas pela heteronormatividade⁵ (LINO, 2019). Assim, é essencial que haja um maior reforço das identidades lésbicas de forma análoga aos outros pleitos feministas, pois, como elucida hooks (2020), essas representatividades só trazem ganhos a todo o movimento de mulheres por traduzir uma sexualidade independente do sexo masculino no seio do patriarcado.

3. É obrigatório ser hétero: heterossexualidade compulsória

Os corpos femininos foram tidos, no decorrer da história, como uma propriedade dos homens. Aliás, ser submissa e silenciada são conotações que estão comumente – e historicamente, entrelaçadas ao feminino (SOLNIT, 2017).

⁵ Compreendemos o termo heteronormatividade como aquilo que é apreendido como preceito, regra e padrão de normalidade no que se refere à sexualidade, a fim de estabelecer como “normal” o comportamento sexual entre pessoas de sexos opostos. SANTOS, Luiz Henrique Sacchi dos. Heteronormatividade E Educação. In: SEMINÁRIO DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA, Brasília, 12 de novembro de 2007.

Quando falamos em heterossexualidade compulsória não nos referimos, contudo, a uma provável opressão generalizada a fim da imposição da heterossexualidade em termos morais, mas sim, de uma forma política que permite e dá meios cabíveis aos homens de controlar os corpos e demais capacidades da mulher (BLAUDT, CAETANO E RANGEL, 2020), naturalizando-a como uma categoria meramente reprodutiva que toma por base o binarismo biológico.

Para Rich (2010) existem diversas formas de manifestação desse poder masculino onde todas elas culminam na orientação sexual que se direcione aos homens de forma inevitável, seja através do controle da consciência feminina ou até pela força física. Nesse espectro, a ativista pega carona no ensaio de Kathleen Gough⁶, elencando e descrevendo oito tipos de formas de controle (RICH, 2010, P. 23).

A primeira força é a negação a sexualidade das mulheres, como através de cintos de castidade, negação da função atestada do clitóris e, sobretudo, ao apagamento de dados e fatos que se relacionem a existência lésbica. Depois, é elencado a imposição à sexualidade feminina pelo estupro/incesto, agressão física e agressão sexual “normal”. Outra forma é o comando e a exploração laboral a fim de controle de produção que se segue pelo controle ou afastamento das suas crianças com a mutilação genital, direito de guarda legal e esterilização forçada. Segue-se o confinamento físico e privação dos movimentos, além do uso do corpo feminino como objeto de troca entre homens. Também se elenca a

6 GOUGH, Kathleen. “The Origin of the Family”. In: REITER, Rayna (Ed.). *Toward an Anthropology of Women*. New York: Monthly Review Press, 1975. p. 60-70.

restrição criativa onde as mulheres consideradas bruxas foram as principais vítimas dessa perseguição. Por fim, o isolamento do desenvolvimento social tanto na área da educação, quanto nas áreas das artes.

Em relação a este último tópico, Rich (2010) ainda acrescenta que dentro do capitalismo existe uma segregação horizontalizada que tem por base o gênero, onde as mulheres acabam por se posicionar estruturalmente de forma inferiorizada no ambiente laboral, e ainda são tolerantes em diversos tipos de assédio, inclusive o sexual, para não serem demitidas, e mais, “aprendem a se comportar de uma maneira heterossexual complacente e agradável porque elas descobrem que essa é sua verdadeira qualificação para ter emprego, qualquer que seja o tipo de emprego” (RICH, 2010, p. 28).

Além dessas formas de poder mais diretas, existe a idealização do romance perfeito comumente disseminado pelas histórias de contos de fada como as da Disney, por exemplo. A Cinderela que de gata-borracheira vira princesa após uma dança “inesquecível” no baile – e extremamente enfeitada, pois, ao contrário, o príncipe nem olharia para ela. Ou a Branca de Neve que desperta com o mais puro beijo de um amor verdadeiro – que também era príncipe e conheceu-a há uns dias antes.

O ideal do romance heterossexual que é ofertado na publicidade, televisão, livro e cinema é uma ferramenta pronta de doutrinação precoce das mulheres em nome do amor, como se essa conquista fosse o grande êxito universal da mulher, pois, o lócus do poder sexual é destinado exclusivamente aos homens (RICH, 2010).

Esse poder torna inevitável conter a pulsão sexual masculina já que, como elucida Rich (2010), isto é um dogma exclusivo dos homens, vindo a abrir brechas para outras relações não conjugais (também) como empregador e empregada, educador e aluna, irmão e irmão, e pai e filha.

A autora Monique Wittig (2006) corrobora ao afirmar que a heterossexualidade se comporta para além de uma prática sexual, funcionando como uma ferrenha ferramenta de subordinação, que oprime, silencia e exclui aqueles que são considerados diferentes do *mainstream*.

Quando nós encaramos de modo mais crítico e claro a abrangência e a elaboração das medidas formuladas a fim de manter as mulheres dentro dos limites sexuais masculinos, quaisquer que sejam suas origens, torna-se uma questão inescapável que o problema que as feministas devem tratar não é simplesmente a “desigualdade de gênero”, nem a dominação da cultura por parte dos homens, nem qualquer “tabu contra a homossexualidade”, mas, sobretudo, o reforço da heterossexualidade para as mulheres como um meio de assegurar o direito masculino de acesso físico, econômico e emocional a elas (Rich, 2010, p. 34).

Esse reforço heterossexual acaba por tonar invisível, cada vez mais, a existência lésbica. Mogrovejo (2004) elucida que existe uma maior negação em relação a lesbianidade do que a homossexualidade masculina, uma vez que na sociedade patriarcal a autonomia, liberdade e comunhão das mulheres é algo demasiadamente temido. Assim, o pressuposto de que as mulheres se dirigem à heterossexualidade de forma natural (pelo menos a sua grande maioria), traduz-se como um entrave não só teórico, como também político para o movimento feminista (RICH, 2010).

4. Ela é sapatão: sexualidade feminina e existência lésbica

Ao adentrarmos nos aspectos referentes a sexualidade feminina, consideramos o que já foi levantado no capítulo anterior acerca do poder sexual monopolizado pelos homens o que torna o prazer feminino aquém do interesse social, sendo, portanto, irrelevante, desde que o homem sinta prazer. Como refere Rich (2010) o controle sexual imposto às mulheres através da prática desse poderio acaba (não só) por negar a sexualidade feminina, ainda mais se for entre duas mulheres.

Duas mulheres juntas – sexualmente falando – são mecanismos de excitação masculina claramente difundido pela indústria pornográfica como expõe Borillo (2010), que ainda afirma que, nesse sentido, se a sexualidade da mulher (e ela própria) não é considerada autossuficiente, não pode realizar-se inteiramente com outra mulher, logo, obrigando a existência de uma penetração.

Esta estrutura de natureza heterossexual é instituída não apenas como práxis, mas como regime político alimentada e conservada pelas categorias impostas de sexo e gênero (BLAUDT, CAETANO E RANGEL, 2020) e assim, o que dessoar dessa atividade é inferiorizado e secundarizado. Nesse sentido, Rich (2020) postula dois conceitos numa alternativa em termos políticos e conceituais.

O primeiro intitula-se existência lésbica e é uma junção entre a quebra de um tabu – que mulheres são naturalmente heterossexuais – e o desprezo de uma forma de vida forçada – submissa e acomodada com o sistema patriarcal

que legitima o direito masculino sobre os corpos femininos.

Continuum lésbico é o outro termo cunhado por Rich (2010). Este conceito refere-se ao afastamento das lésbicas da autoria de suas vivências, objetivando um resgate dessa história de forma mais ampla que não diz respeito somente ao ato sexual. Para a autora a vida da mulher acontece numa constante saída e entrada nesse *continuum* – mesmo aquelas que não se consideram lésbicas.

O negacionismo em torno da escolha livre da mulher de se relacionar com outra mulher acaba por castrar os direitos de liberdade de todas as mulheres (RICH, 2010), ainda mais quando existe uma uniformização dos corpos através das lentes da heterossexualidade, o que acontece impreterivelmente nos corpos lésbicos (PRECIADO, 2003). A ideia de quem seria “o homem da relação” reforça o modelo patriarcal opressor na consideração de que a mulher lésbica é na verdade um homem capado, uma vez que, a categoria mulher só se realiza dentro de um sistema heterossexual (WITTIG, 2006).

5. Metodologia

A fim de perceber de que forma a heterossexualidade compulsória favorece a invisibilidade lésbica ao atuar como ferramenta de invalidação, foi intenção desta pesquisa auferir essa relação pelas principais vozes de consequência: as lésbicas. Portanto, a pesquisa assume um caráter qualitativo exploratório através da aplicação de entrevistas semiestruturadas contendo 10 questões, realizadas através do serviço de comunicação por vídeos *Google Meet*, devido as regras de

distanciamento impostas pelo governo e pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no que tange a pandemia de Covid-19.

Para a seleção das participantes foi imposto o critério de considerar-se mulher, maior de 20 anos e ser lésbica assumida – nesta triagem foram excluídas 4 mulheres que no início da entrevista se perceberam/identificaram melhor como sendo bissexuais (sentem atração por ambos os sexos). O *corpus* foi constituído pela técnica de bola de neve linear onde as duas primeiras entrevistadas indicaram mais duas e assim por diante até chegarmos ao número de 13 mulheres, com idade entre 22 e 34 anos advindas de diferentes regiões do Brasil, oferecendo ao estudo abrangência e diversificação em relação a amostragem.

É importante ressaltar que a identificação das inquiridas foi mantida em sigilo respeitando a ética da investigação, sendo-lhes atribuído um número (1-13) de acordo com a ordem de realização das entrevistas, conforme se identifica na tabela 1, onde a entrevista no decorrer do estudo será denominada, como por exemplo, ML 2 (Mulher Lésbica entrevistada 2).

Tabela 1– Identificação etária das Mulheres Lésbicas

Mulheres Lésbicas Entrevistadas	Faixa Etária
ML 1	22
ML 2	28
ML 3	29
ML 4	30
ML 5	34
ML 6	31
ML 7	32
ML 8	34
ML 9	33

ML 10	34
ML 11	28
ML 12	34
ML 13	29

Para a análise dos dados, após a transcrição, optou-se pela divisão e categorização em três áreas temáticas. A primeira diz respeito a existência lésbica, a segunda a estimulação social, e por fim, ao apagamento lésbico em detrimento a heterossexualidade compulsória.

Após esta separação os dados foram analisados devido ao seu discurso. Como referem Cunha e Peixinho (2020), os discursos advêm das formações construídas pela história e pelas instituições. Assim, ao utilizarmos a análise do discurso enquanto metodologia, buscamos compreender a língua e toda sua simbologia como parte de uma ampla sociologia que impõe a linguagem uma capacidade única de significar e produzir sentido (ORLANDI, 2001).

Nesse contexto, já que procuramos ir mais afundo das falas das entrevistadas e perceber a relação entre a heterossexualidade compulsória e a lesbianidade, a análise do discurso é escolhida por traduzir as lutas, desejos e sistemas de dominação do próprio sujeito, sendo o seu discurso também objeto e motivação dessa luta (FOUCAULT, 1996).

6. Existência lésbica: “sapatona convicta”

A compreensão da sexualidade na maioria das vezes não é um passo fácil. Atrelado a todas as questões sociais, “sair do armário” é um ato de coragem e, sobretudo, um ato de percepção pessoal. Esta categoria buscou auferir como

decorre o processo de reconhecimento lésbico e como a lesbianidade era ou estava representada em suas vidas neste momento tão importante de descoberta onde começa a ser um ser insubordinado que resiste a todo um sistema contrário à sua própria autonomia (RICH, 2012).

Para algumas o processo foi rápido e direto. Já para outras, foi um caminho demorado e complicado. Como é o caso da ML 3, que relata ter negado o que sentia por pensar que não era o correto, uma vez que a lesbianidade significa não estar de acordo com os padrões impostos de forma convencional (HOOKS, 2020).

[ML 3] Foi um processo longo e complicado. Eu algum tempo neguei minha sexualidade por achar que era errada. Eu fiquei com a primeira menina aos 14 anos e não entendi por que mexeu tanto comigo. Eu sabia que me interessava por mulheres, mas achava que era apenas curiosidade. Eu só comecei a aceitar isso melhor quando tive outras referências de mulheres lésbicas. Aos 16/17 anos conheci minha melhor amiga que já se reconhecia como lésbica e tinha uma relação. Eu me interessava muito por ela e era bom conseguir partilhar o que eu sentia com alguém. Mas eu só fui realmente explorar minha sexualidade na universidade (fui para Brasília aos 17 anos), onde tive experiência com outras mulheres e homens. Tive minha primeira namorada e minha primeira grande paixão, que era do sexo feminino. Percebi que só me envolvia afetivamente por mulheres e só me idealizava com mulheres.

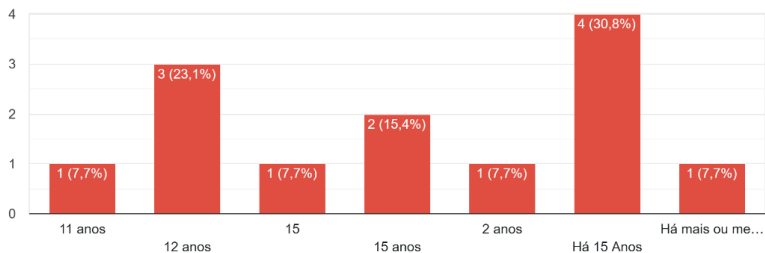
Todas as entrevistadas relataram que a percepção pessoal da sua sexualidade aconteceu devido a atração física por mulheres. Essa percepção se deu na maior parte dos casos durante a fase da adolescência, momento repleto de descobertas e dúvidas, como se verifica no gráfico 1, onde o maior tempo de afirmação lésbica é de 15 anos.

Essa incerteza em relação a própria sexualidade atrela-se a apreensão do ser anormal. De ser um ser diferente, re-

belde, que destoa. Como muito bem coloca Morais (2017), a

Há quanto tempo se considera/afirma/reconhece lésbica?

13 respostas



infâmia de ser sapatão é uma clara consequência da escolha de assumir suas próprias verdades – sua sexualidade. Como vemos nas respostas das ML abaixo, aquela que enfrenta a heterossexualidade compulsória e demais papéis impostos às mulheres, está, na verdade, resistindo e subvertendo a toda uma ordenação que retira da mulher o direito de ser e existir por sua própria posse (MORAIS, 2017).

[ML 7] Na primeira vez que fiquei com uma mulher, percebi imediatamente que tudo o que eu sentia antes e que não conseguia entender ou nomear, era na verdade o meu interesse e desejo por mulheres. Naquele momento ainda achava que era bissexual, mas com o tempo percebi que eu só me sentia verdadeiramente feliz e confortável quando estava com mulheres

[ML 13] Conflituosa desde a infância e pior na adolescência, pois nunca me interessei sexualmente por homens. E isto não era encarado com muita normalidade.

7. Impulsioneamento social: “lésbicas, putas”

A premissa de que a heterossexualidade é uma prática natural de atração sexual entre homens e mulheres é não só ingênua, como inapropriada. Essa estrutura atua como um

verdadeiro regime político que se apoia na naturalização da binaridade (BLAUDT, CAETANO E RANGEL, 2020), doutrinando aqueles que se inserem no sistema.

Dito isto, colocamos em pauta o papel da família no desenrolar da sexualidade. A família que é o primeiro núcleo de ensinamentos e descobertas de um ser humano é, indubitavelmente, um espaço de maior preocupação na tomada dessa afirmação. No caso das ML, a recepção dos familiares e amigos teve em média uma boa aceitação.

Contudo, o medo de assumir-se lésbica ainda é algo presente, pois, como defende Rich (2010), a lésbica dentro do “armário” é confinada por ideologias do que é ser “normal” que a mantém frustrada em relação as diversas conexões desfeitas e, sobretudo, da perda da sua “autodefinição de modo livre e poderosamente assumido” (RICH, 2010, p. 41).

[ML 2] Meus amigos já estavam em um ambiente de música alternativa na minha cidade, para onde iam as pessoas que não se identificavam com a cultura do local (baseada na agricultura, na música sertaneja e no status de classe), então o assunto não era novidade para eles. A recepção do meu pai foi boa, na medida do possível pois ele ficou chocado no início, mas sempre fazendo questão de dizer que me amava de qualquer jeito. A minha mãe levou uns bons anos para lidar melhor e não me ver como uma pessoa “suja”, que não iria dar netos a ela, mas hoje já se acostumou. O resto da minha família ficou sabendo por que expus o assunto em 2014; recebi comentários de apoio, mas no geral ninguém conversa muito sobre o assunto, porque nunca estive próxima deles.

[ML 3] Meus amigos sempre foram muito queridos e me apoiaram desde o início. Principalmente as mulheres. Aos meninos eu não contava pelo que eu estava passando quando estava na escola. Na universidade, meu ciclo mais próximo de amigos eram da comunidade gay, o que me fez sempre ter uma sensação de pertencimento. Meu irmão sempre foi lindo comigo, meu maior apoio e a pessoa mais importante nesse

processo todo. Era o que me mantinha forte para me aceitar. Meus pais só ficaram a saber em 2019, quando contei para eles. A ideia não foi e ainda não é muito bem recebida. Minha mãe acha que é culpa dela por ter me deixado ir a Brasília fazer universidade. Ela é evangélica e não concorda. Vê minha sexualidade como uma escolha. Ela me trata bem, me ama e se importa, mas é um assunto que é tabu e que ela prefere que não existisse.

[ML 6] De amigos não tive problemas, porém a família relutou bastante, hoje sou aceita, mas muita coisa ainda pode melhorar.

[ML 7] A maior parte da minha família ainda não sabe, incluindo meus pais. Mas a reação da minha irmã foi muito acolhedora. Com os meus amigos de infância, tive muito medo também de me abrir, mas hoje em dia, não temos mais problemas com relação a isso

Essas impressões nos demonstram aquilo que Ribeiro (2017) coloca como direito à existência digna, ou seja, um locus social que é forçoso e dificultoso à realização e concretização das transcendências possíveis. Dentre esses relatos, as ML salientaram alguns comentários e/ou ações que foram proferidos por pessoas próximas e tiveram bastante impacto no processo de afirmação da sua sexualidade.

[ML 2] No meu caso, fiquei decepcionada com ações. Minha mãe ficou muito abalada quando me viu com uma colega da faculdade. Jogou um copo d'água em mim quando chegamos em casa, e ficou fora de casa por alguns dias, além de esperar que eu trancasse a faculdade. De positivo, tive minha tia, irmã dela, que sempre fala com naturalidade sobre o assunto e fez questão de mostrar que eu era amada, não demonstrou nenhum choque inicial.

[ML 4] “Estás só confusa”

[ML 6] “isso vai te atrapalhar no seu emprego.”

[ML 9] “Você terá que ser mil vezes melhor do que pessoas hétero para não sofrer preconceito”

[ML 12] “Eu queria tanto ter um neto seu”. “Eu tenho medo de você sofrer, medo do que os outros vão pensar.” “Eu não queria falar, mas quem entende de mulher é homem.” Disse a minha mãe.

Estas descrições expõem uma das formas de dominação do patriarcalismo de acordo com Rich (2010). As mulheres acabam por se moldarem no modelo que é comumente empregado, sendo a lésbica o ser destoante pela quebra dessa padronização. Todavia, desenvolvem um comportamento hétero para poderem ser encaradas como aptas a obtenção de um emprego (RICH, 2010) e até mesmo de uma família.

Considerando que a heterossexualidade não é uma prática natural, mas sim uma realidade social em forma de ideologia que se volta ao pensamento hétero a partir da crença de uma diferença entre os sexos (WITTIG, 2006), as mulheres se relacionam com os homens como se esta fosse a única forma possível e, de acordo com a crítica de Rich (2010), só se inclinam para mulheres devido a um ódio es-crachado pela figura do homem.

[ML 4] Já sim. Era uma relação em que faltava sempre algo! Não era suficiente

[ML 7] Era sufocante. Eu era extremamente infeliz, não sentia prazer nenhum, achava que o problema era comigo e todas as vezes que tinha relações sexuais, me sentia suja. Era uma sensação muito estranha.

[ML 8] Sim, na época foi bem normal, mas não conseguia me envolver profundamente

[ML 12] Sim. Era sempre estranha. Mesmo tendo algumas relações quando mais nova, algumas de meses, quase 1 ano, sempre sentia que estava fazendo algo errado ou ficava sem paciência. O beijo e o sexo eram esquisitos, sempre me sentia um pouco “suja” depois de ficar com um homem.

Nesse sentido, percebe-se que a heterossexualidade obrigatória é instituída como um regime político onde a obrigatoriedade da assentar uma relação que seja apreciada a nível social, constituída por um homem e uma mulher, desenvolve-se, na realidade, como um instrumento capaz de

subordinar, oprimir e silenciar as mulheres (WITTIG, 2006).

Assim, é da mesma forma natural que exista essa compulsoriedade para mulher se direcionar ao sexo oposto, uma vez que, como explica Morais (2017), a lésbica seria considerada um homem incompleto já que, compreendendo o falo como centro da sociedade, a mulher seria incapaz de realizar uma penetração na íntegra.

Isto fica claro quando as ML colocam que o despertar afetivo foi direcionado com os homens desde a infância quando questionadas se perceberam alguma inclinação social/familiar para heteronormatividade. Foram as ideias de casal disseminados pela publicidade e demais meios de entretenimento, como o cinema e televisão, que inflaram as ideias de que o normal seria relacionar-se com homem (RICH, 2010), uma premissa que revela uma compulsão social na permanência e subtenência a sistematização heteronormativa.

[ML 3] Eu diria que no início não, acho que nada foi muito claro, porque a heterossexualidade já está subentendida nas relações, e comecei meu despertar afetivo com um homem. A compulsão persistiu um pouco depois que me identifiquei como lésbica.

[ML 5] Não só no início do despertar afetivo e sexual, como até hoje.

[ML 13] Sim, socialmente existe. Principalmente entre amigos na adolescência quando todos estavam se descobrindo e alguém demonstrava interesse por outra pessoa. De familiares acontecia quando percebiam algum amigo mais próximo, questionando o “namoradinho.”

8. Invisibilidade ou heterossexualidade: “lésbicas, sem culpa”

A presença de mulheres lésbicas é rotineiramente de-

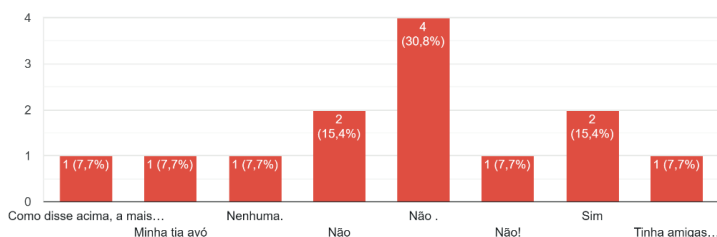
letada da história, como se nunca tivessem existido. Além de aparecer em catálogos de doenças mentais pois sua existência é encarada como algo atípico, excêntrico e não inerente ao ser humano (RICH, 2010). Como Rich (2010) coloca a existência lésbica tem sido vivenciada sem qualquer introdução ao reconhecimento tradicional, contínuo e social.

As experiências desses grupos minoritários, existentes de maneira hierárquica e desumana acaba por subalternizar as diversas produções de saberes, vozes e intelecto os restringindo num lugar que é, de forma estrutural, silenciador (RIBEIRO, 2017).

Esse apagamento histórico faz com que a representatividade lésbica permeie o campo da inexistência, dificultando a possibilidade de uma alternativa a heteronormatividade, o que se pode perceber no gráfico 2, onde a maioria das ML identificaram a falta de lésbicas próximas a nível de representação.

Antes de fazer o coming out, você tinha referências lésbicas próximas?

13 respostas



[ML 12] Acho que eram algumas cantoras, mas não sei especificar um nome agora. Eu amava Spice Girls e achava todas lindas, mas ainda não entendia se eu gostava por admirar as mulheres de uma forma diferente.

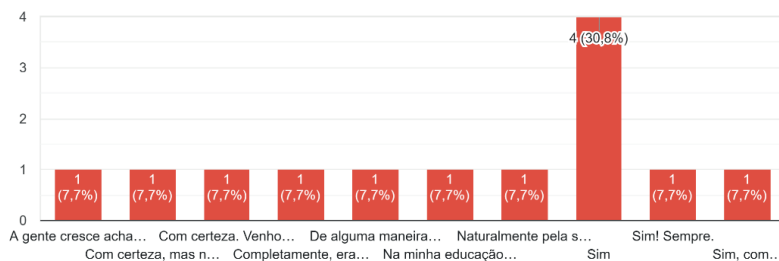
[ML 13] Uma vizinha e uma amiga da minha mãe. Mas nada muito próximo.

É notório que as lésbicas vêm sendo desempossadas das suas próprias existências políticas no decorrer da história. A inclusão da sua sexualidade como uma espécie de versão da homossexualidade masculina equaciona essa existência e, mais uma vez, elimina a realidade da impressão da mulher sobre si própria (RICH, 2010).

Ao serem questionadas acerca do encaminhamento para heterossexualidade, todas as ML disseram que sim. Isto é, claramente, um reflexo de um sistema misógino que impossibilita a possibilidade de mulheres verem noutras mulheres um espaço de amizade, companheirismo e paixão. Assim, percebe-se que todas as mulheres, até mesmo as que não se afirmam lésbicas, são padecentes a heterossexualidade compulsória, pois impede que as mulheres sejam autônomas perante sua sexualidade e seu próprio corpo (MORAIS, 2017).

Você acha que foi encaminhada para a heterossexualidade?

13 respostas



Como exposto no capítulo anterior, a heterossexualidade como um sistema político é principal fomentador da retirada contínua do poder e posse das mulheres através da

dominação e da subalternização de sua consciência e de seus corpos também (RICH, 2010; WITTIG, 2006). Essa forma social privilegia apenas homens cis e secundariza as demais demandas conforme explicitado pelas ML. Para elas, em sua unanimidade, a heterossexualidade compulsória impede a existência lésbica, e, vindo delas (mulheres lésbicas) esta ação tem um peso interruptivo, pois rompem com o silêncio instituído aos corpos subalternos (RIBEIRO, 2017).

[ML 1] Desde a primeira infância, impossibilitando que seja apresentada outras opções de identificação e sexualidade.

[ML 2] As pessoas nem supõem a lesbianidade, acredito que o tema nem chega a um patamar de discussão social, algo que creio que aconteça mais com a homossexualidade masculina. Algo que não é discutido não “existe” no corpo social, fica às margens.

[ML 3] No momento que o relacionamento lésbico é tabu e não é nem levado em conta como relacionamento, ele é invisibilizado. Como só temos uma referência de um tipo de afeto, acabamos desde cedo condicionadas que temos que gostar de alguém do outro sexo.

[ML 6] As imposições heterossexuais fazem com que as pessoas queiram se enquadrar nessa “normalidade”, negando e deixando de viver e se assumir da forma que se e.

[ML 7] Eu sempre senti que o fato de ser lésbica era tratado pela maioria das pessoas, inclusive mulheres heterossexuais, como uma brincadeira, algo passageiro, ou um relacionamento de menor importância. E como se duas mulheres não pudessem constituir uma família, ter uma relação sólida e serem vistas como um casal como qualquer outro. E acho que isso é fruto dessa heterossexualidade compulsória, ou da ideia comum de que todos os serem nascem heterossexuais. Mas, mais do que isso, acho que é fruto da sociedade machista e patriarcal em que vivemos, porque mesmo os casais de homens gays são muito mais valorizados, compreendidos, validados, que as mulheres lésbicas.

[ML 12] Sim, sempre acaba por inibir esse comportamento natural que é o despertar do desejo sexual. Nessa fase, mesmo que exista algum sentimento confuso entre gostar de homens e mulheres acaba por não ser

fácil identificar porque sempre existe o tabu de não poder ser homossexual. Sempre existem as piadas, os comentários que, quando você percebe ser aquilo que é, sente vergonha e medo e, por isso, acabamos ficando “no armário” por muito tempo.

Os relatos nos apresentam a forma com que as lésbicas são postas a margem na constituição sexual. Elas desafiam essa “normalidade” e são oprimidas, repreendidas, silenciadas e constantemente desprezadas já que pertencem a uma sociedade que não as reconhece, uma sociedade que não as valida, uma sociedade heterossexista (MORAIS, 2017). São minoradas e excluídas, simplesmente, por não se conformarem com o conservadorismo imposto, com os padrões convencionais instituídos (HOOKS, 2020).

Compreende-se que a compulsoriedade heterossexual, dentro de um sistema patriarcal e extremamente androcêntrico, explora mulheres e, especialmente, mulheres lésbicas, constituindo-se por si só um eixo político autossuficiente da supremacia e, claro, de poder (BLAUDT, CAETANO E RANGEL, 2020).

9. Considerações finais

O feminismo enquanto movimento social sempre foi, e é, composto por diversidade. As mulheres lésbicas, que fazem parte dessa diversidade, são comumente secundarizadas dentro desse movimento, e até do movimento LGBTQIA+. Suas pautas são escanteadas e sua presença nem sempre requerida.

Mas qual o motivo de isto acontecer? A culpa – se é que se pode exprimir dessa forma – se faz na permanência da sociedade patriarcal que dita uma única maneira de vivência:

a heteronormatividade. Dessa forma, afrontar a homofobia é também norte do feminismo, pois não é possível subjugar lésbicas e desprezar todo o conceito de sororidade devido a imponência do patriarcalismo e da compulsoriedade heterossexual.

Com o objetivo de perceber o impacto da heterossexualidade compulsória através das próprias lésbicas, percebe-se que a heterossexualidade compulsória serve para validar a opressão masculina, invisibilizando a existência lésbica atuando como um mecanismo que invalida sua história, corpo e sexualidade.

É importante relevar que as entrevistadas temiam associar-se ao que seria anormal, moldando-se, inicialmente, na heterossexualidade, sendo encaminhadas pela família e sociedade, já que ser lésbica seria destoar do normal, o que se agrava devido à falta de representatividade.

No que tange a metodologia, foi entrave a questão pandêmica e, especialmente, a dificuldade de encontrar mulheres lésbicas publicamente assumidas que concordassem em participar desta investigação. Contudo, em sugestão para o futuro, fazer um estudo também qualitativo a fim de alcançar mais mulheres, já que foram as lésbicas que permitiram com que movimento feminista rompesse limites no âmbito heterossexual e aprofundasse questões de liberdade e representatividade, ainda que este campo careça de uma maior atenção através da incorporação teórica da interseccionalidade.

Os diálogos entre feminismo lésbico e heterossexualidade compulsória apresentam a realidade da submissão fe-

minina que se faz presente em diversas e mínimas formas. É necessária uma desconstrução dessa obrigatoriedade para que, dentro do feminismo, se possa pensar num movimento, de fato, igualitário. Lugar de fala e representatividade importam e diferem, mas são as chaves para a deslegitimação de um espaço heterocêntrico.

10. Referências bibliográficas

BLAUDT, Vanessa Lima; CAETANO, Marcio; RANGEL, Mary. Interseccionalidade lésbica? O apelo pelo desmonte de opressões. *Interritórios*, V.6 N.10. Revista de Educação Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, Brasil, 2020.

BORRILLO, Daniel. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte, Autêntica, 2010.

CUNHA, Isabel Ferin da, PEIXINHO, Ana. *Análise dos Media*. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020. DOI: <https://doi.org/10.14195/978-989-26-1988-0>

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

HOLLANDA, Heloísa Buarde de. *Explosão Feminista*, 2ª edição, São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

HOOKS, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. 12ª edição, Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 2020.

LINO, Tayane Rogéria. *Nas fissuras da história: O movimento lésbico no Brasil*. Revista movimentação, Dourados, MS, v.6, n.10, jan./jun. 2019 - ISSN 2358-9205

MOGROVEJO, Norma. *Teoría lésbica, participación política y literatura*. Universidad Autonoma De LA Ciudad, 2004.

MORAIS, Beatriz de Lima. *Corpos profanos: rascunhos sobre a heterossexualidade compulsória e um feminismo lésbico*. Revista *Textos Graduados*, 3(1), 2017.

NAVARRO-Swain, Tania. *O que é lesbianismo*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ORLANDI, Eni P. *Introdução*. In: *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2001.

PRECIADO, Beatriz. *Multidões queer: notas para uma política dos "anormais"*. *Estudos Feministas*, 19, 11-20, 2003.

RIBEIRO, Djamilia. *O que é lugar de fala?*. Belo Horizonte: Letramento, 2017. 112 p. (Feminismos Plurais).

RICH, Adrienne. *Heterossexualidade compulsória e existência lésbica*. Revista *Bagoas*, 5, p. 18-44, 2010.

SOLNIT, Rebecca. *Os homens explicam tudo para mim*. Editora Cultrix, 2017.

WITTIG, Monique. *El pensamiento heterosexual y otros ensayos*. Madrid: Egales, 2006.